

Incursão à Ilha-Brasil: mitos e estórias nacionais

Francisco Octávio Bittencourt de Sousa¹
Universidade de Brasília

Resumo: O texto a seguir buscou analisar antropologicamente o mito da Ilha-Brasil composto por Jaime Cortesão no século XX. Para tal, a partir dos escritos de Cortesão e de alguns de seus leitores realizou-se análise estrutural de mitos, seguindo a proposta de Lévi-Strauss (1989) e Edmund Leach (1983) agregada a comunidade imaginada de Anderson (1983). O leitor encontrará uma contextualização histórica, seguida de síntese das teorias que guiaram esse texto, para então encontrar a análise e descrição dos níveis simbólicos do mito.

Palavras-chave: Ilha-Brasil; análise estrutural; níveis simbólicos.

¹ Discente de Ciências Sociais na Universidade de Brasília. Bolsista de iniciação científica pela Fundação Universidade de Brasília. Membro do Grupo de Ensino e Pesquisas Americanistas - GEPAM.

Incursion to Ilha-Brasil: national myths and stories

Abstract: The following text sought to anthropologically analyze the myth of Ilha-Brasil composed by Jaime Cortesão in the 20th century. To this end, based on the writings of Cortesão and some of his readers, structural analysis of myths was carried out, following the proposal of Lévi-Strauss (1989) and Edmund Leach (1983) added to Anderson's imagined community (1983). The reader will find a historical context, followed by a synthesis of the theories that guided this text, to then find the analysis of the myth and description of the symbolic levels of the myth.

Keywords: Ilha-Brasil; structural analysis; symbolic levels.

Incursión a Ilha-Brasil: mitos e historias nacionales

Resumen: El siguiente texto buscó analizar antropológicamente el mito de Ilha-Brasil compuesto por Jaime Cortesão en el siglo XX. Para ello, a partir de los escritos de Cortesão y algunos de sus lectores, se llevó a cabo un análisis estructural de los mitos, siguiendo la propuesta de Lévi-Strauss (1989) y Edmund Leach (1983) sumada a la comunidad imaginada de Anderson (1983). El lector encontrará una contextualización histórica, seguida de una síntesis de las teorías que guiaron este texto, para luego encontrar el análisis del mito y descripción de los niveles simbólicos del mito.

Palabras clave: Ilha-Brasil; análisis estructural; niveles simbólicos.

Navegando em águas rasas

Muito do imaginário histórico moderno é composto de estórias e mitos fundacionais, que amenizam contradições incômodas para expormos e lembrarmos todos os dias. Esse texto objetivou analisar um desses mitos modernos pelo prisma antropológico. Dissecamos o mito da Ilha-Brasil, desenhado por Jaime Cortesão no século XX, pelo prisma de Lévi-Strauss². De início o leitor encontrará um rápido resgate histórico a partir de Warren Dean, Emília Viotti e Boris Fausto (BETHELL, 1992), seguido por uma síntese das teorias sob as quais esse texto foi pensado e escrito. Em seguida, uma rememoração do mito da Ilha-Brasil³ para ser escrutinado, buscando algumas das estórias reunidas para conformar o mito e as contradições as quais Cortesão tentava amenizar. Daí então uma listagem das dualidades gestadas no mito e, por fim, como a Ilha-Brasil ainda aparece para nós.

Os últimos anos do império são marcados por uma efervescência de ideias e projetos de nacionalidade que seguem sendo discutidos no século XX. O “tom conciliador”⁴ foi a tônica de vários desses projetos. Houve muitas vozes dissonantes: Francisco Varnhagen⁵ pregava o fim da escravidão para expurgar os negros do país, pois via na cor da pele a razão do atraso brasileiro em relação à Europa; Couto de Magalhães (1897), no fim da vida, descreveu em tom de denúncia as agressões por séculos desferidas aos indígenas, defendendo um projeto brasileiro em que os nativos americanos ocupavam um papel central. Apesar de alguma repercussão, nenhum desses projetos saiu vitorioso.

A ascensão dos positivistas junto à república tinha um projeto próprio, que dava os primeiros passos para uma suposta conciliação entre as raças. Sob o lema da igualdade, durante os primeiros anos da república extinguiram-se dos censos a classificação dos indígenas, por exemplo - apesar de conviver com teorias de branqueamento, visões de mundo evolucionistas, teorias jurídicas racializadas etc. É importante compreender que a ideia de conciliação foi uma forma de suavizar as contradições produzidas por uma colonização europeia escravocrata e expansionista, ao mesmo tempo em que deveria encontrar um fundo comum para províncias - agora estados - a fim de afastar qualquer possibilidade de fragmentação do antigo Império Tropical (SCHWARCZ, 1993), em razão das diferenças profundas que havia entre elas. Essa imagem de estabilidade da monarquia foi cultivada por anos em oposição à fragmentação do território de ocupação espanhola. Apesar dos grandes projetos de integração, como o de Simón Bolívar, a rivalidade (QUIJANO, 2005) entre antigas colônias espanholas e a antiga colônia

² Se o antropólogo sofria críticas por uma suposta falta de rigor nos trabalhos, sempre tendo por fonte comunidades distantes e com dados escassos, partiremos do ponto de vista de Leach (1983) nos guiando por uma análise estrutural de reconhecimento dos vínculos entre relações abstratas, capazes de associar acontecimentos cujo conteúdo é pouco ou nada semelhante. O leitor encontrará nesse texto uma busca por padrões e formas de organizar o pensamento brasileiro através da análise do significado de estórias individuais.

³ A depender da fonte, o nome da lenda e suas estórias podem ter outros nomes: *Dourado*, *Eupana*, *Laguna encantada del Paytete*, *Paraupaba*, *Umbigo do Brazil* (MAGNOLI, 1997: 46).

⁴ Emprego a ideia de conciliação não como termo usado no período histórico, mas como uma simplificação das ideias de união entre raças ou tentativas de borrar as diferenças com o objetivo de transparecer civilidade entre os nacionais e (talvez principalmente) para os estrangeiros. Dito isso, o termo não aparecerá mais acompanhado de aspas.

⁵ Alusões ao mito podem ser encontradas nas mais variadas formas, como veremos no decorrer do texto (VARNHAGEN, 2016).

portuguesa transcendeu gerações e continuou no período republicano. A rivalidade somava a esse misto de contradições a tendência a criar uma identidade nacional que fosse o mais distante possível dos nossos vizinhos americanos.

Em alto-mar

Durante todo esse período, havia diversas pessoas letradas criando e recriando estórias e mitos fundacionais sobre o Brasil. Estórias e mitos estes que tentavam responder e amenizar a pilha de contradições⁶ sobre a qual a ideologia política dominante no momento se assentava. Muitos desses mitos contados e recontados possuíam – e ainda possuem, visto que nunca saíram dos debates dentro e fora da universidade – *eficácia sui generis*.

Aqui estão alguns exemplos simples que ajudaram a compor o imaginário político, social e histórico no início do século XX e que estarão presente nos clássicos⁷ do pensamento social brasileiro: o índio preguiçoso ou o índio valente e umbilicalmente ligado ao meio ambiente⁸; o berço esplêndido onde tudo que se planta dá, de paisagens exuberantes e recursos naturais inesgotáveis⁹; o sertão, lugar fisicamente indefinido, que é sempre distante e perigoso¹⁰; os “corajosos” bandeirantes¹¹ que delinearão os limites do território brasileiro embrenhando em “mata-virgem”¹² etc. A partir desses exemplos, notamos que mito e imaginário histórico estão vinculados. Uma das abordagens possíveis para esse vínculo é a de comunidade imaginada, proposta por Anderson (1983), que ressalta a função do vínculo para pensar o nacional ao afirmar que a comunidade é imaginada pois membros de uma nação, mesmo da menor delas, nunca conhecerão a maioria de seus conterrâneos, nunca os encontrarão ou, até mesmo, ouvirão a seu respeito; ainda assim, eles terão em suas mentes a imagem de sua comunhão. Para antropologizar Anderson (1983), partimos de Lévi-Strauss (1989) que, recordando do encontro entre mito e história, afirmou:

Nada se assemelha mais ao pensamento mítico que a ideologia política. Em nossas sociedades contemporâneas, talvez essa tenha-se limitado a substituir aquele. Ora, o que faz o historiador quando evoca a Revolução Francesa? Ele se refere a uma sequência de acontecimentos passados, cujas consequências longínquas se fazem, sem dúvida, ainda sentir através de toda uma série, não reversível, de acontecimentos intermediários. Mas para o homem político e para os que o seguem, a Revolução Francesa é uma realidade de outra ordem: sequência de acontecimentos passados, mas também esquema dotado de eficácia permanente, permitindo interpretar a estrutura social da França atual, os antagonismos que nela se manifestam, e entrever os lineamentos da evolução futura. Assim se exprime Michelet, pensador político e historiador ao mesmo tempo: naquele dia, tudo era possível... **O futuro esteve presente...** ou seja, mais tempo, um relâmpago da eternidade. (LÉVI-STRAUSS, 1989: 241, grifo nosso)

⁶ Algumas já listadas, como a latinidade e a conciliação racial. Pode-se citar ainda a questão indígena, a ideia de “sertão”, a disparidade de poderio político entre províncias e muitos outros.

⁷ Refiro-me a Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, sobre os quais discutiremos a seguir.

⁸ “O Índio Afonso” (1873) de Bernardo Guimarães e o indígena com poderes sobrenaturais de interação com a natureza; “De gestis Mendi de Saa” (1563) de José de Anchieta e o indígena indolente e antropófago; e poderia citar outras dezenas de obras que romantizaram de diferentes formas a vida social indígena.

⁹ Esse discurso de inesgotabilidade tinha uma dupla função curiosíssima: ao mesmo tempo que amenizava a exploração desenfreada ainda servia para justificar uma falsa imagem de preguiça ou “ausência de espírito capitalista” de indígenas e camponeses pobres (SOUSA, 2020).

¹⁰ “Viagem ao Araguaia” (1863) de Couto de Magalhães é um excelente exemplo literal desse sertão distante e perigoso. A linha euclidiana é provavelmente a mais conhecida. Para análise inicial mais ampla ver Suarez (1998).

¹¹ Sobram obras de Sergio Buarque de Holanda, mas gostaria de indicar Holanda (1946). Para lembrar Affonso de Taunay, um dos precursores do mito do “bandeirantismo nacionalista” ou algo que o valha.

¹² Uma excelente desconstrução do termo “mata virgem” é feita em Cabral (2014).

Congregamos aqui também as ideias de Edmund Leach (1983): “qualquer tentativa para sintetizar em um todo unitário um conjunto de estórias que pretende fornecer justificativas históricas para posições políticas rivais, necessariamente termina como um texto repleto de contradições paradoxais” (LEACH, 1983: 92). Unindo Anderson (1983), Lévi-Strauss (1989) e Leach (1983), podemos avançar na análise do mito da Ilha-Brasil como resposta a um projeto político e identitário gestado no Império, posto a bico de pena na República e que segue tendo ecos ainda hoje. Recentemente ouvi em uma aula de História Regional a seguinte frase: “os portugueses pensaram no território brasileiro antes de existir um Brasil”. Gostaria que o leitor guardasse na memória, pois é exatamente sobre esse tipo de expressão que Lévi-Strauss falava.

O curioso é que em meados do século XX havia uma pessoa que concordaria de imediato com essa frase – é provável que ele tenha a inspirado – Jaime Cortesão. Cortesão teve inúmeras ocupações: de médico a diplomata, poeta e político, mas sua biografia pouco nos importa¹³. Para esse texto, Jaime Cortesão foi um bardo, um trovador, um contador de estórias. Foi ele quem uniu as estórias que originaram um mito. No século XX, Cortesão respondeu a várias preocupações e anseios nacionais do Império e do início da República com o mito da Ilha-Brasil¹⁴.

Terra à vista: desventuras na Ilha-Brasil

O ponto de partida desse mito foi a apropriação política lusitana de outro mito de origem indígena: dentro dos domínios indígenas, todos os caminhos pluviais se encontravam em uma grande lagoa, tornando o território uma península, com o Atlântico de um lado e os caminhos pluviais, hoje rios São Francisco, Tocantins, Amazonas, Prata e Paranã, contornando o perímetro restante. A apropriação política resultou em representação cartográfica¹⁵, garantindo ao mito certa veracidade¹⁶ ao menos nos séculos XVI e XVII. A Ilha-Brasil era um ente isolado e natural, uma dádiva ou desígnio divino (MAGNOLI, 1997).

Um segundo ponto de apoio de Cortesão foi retirado das narrativas jesuítas: a Ilha-Brasil, além de isolada, contava com uma língua comum de catequização. A “língua geral” cooperava para criar um imaginário de unidade na colônia, apesar de nunca ter sido “geral” como se fez parecer (CORTESÃO, 1956).

O terceiro pilar sobre o qual o mito de Cortesão se firmou foi o bandeirantismo (CORTESÃO, 1958). As primeiras bandeiras, símbolo da soberania portuguesa, teriam de alguma forma demarcado o perímetro da Ilha, em um primeiro momento desbravando e povoando essas zonas limítrofes e, mais tarde, anexando o território a nacionalidade¹⁷.

Com a Ilha-Brasil como um ente isolado e natural, uma dádiva ou desígnio divino, a coroa portuguesa conseguiu justificar uma quebra do Tratado de Torde-

¹³ Para os interessados em uma biografia do autor procurar “Jaime Cortesão” em Dicionário Cronológico de Autores Portugueses, Vol. III, Lisboa, 1994.

¹⁴ Voltamos àquela ideia inicial de conciliação de raças, de natureza exuberante no berço esplêndido, do território, de identidades regionais e nacionais, da questão indígena revalidando José de Anchieta como humanista, de um projeto “pré-Brasil”, retomando a fala na aula de História Regional: Cortesão construía ali um pensamento “proto-brasileiro”.

¹⁵ Nos dois primeiros capítulos do livro de Magnoli (1997), o leitor encontrará uma análise detalhada dos mapas e desenhistas que representaram a lagoa mitológica, mas o que nos interessa é que desde 1559 a lagoa já aparecia nos mapas, por influência política, e mudará de lugar nos séculos seguintes, adequando-se aos anseios expansionistas lusitanos.

¹⁶ Em um primeiro momento, tratava-se de uma veracidade geográfica, pois acreditava-se mesmo que existia tal lagoa mitológica. Já no período de Cortesão o objetivo de “ilhar” o país atende a outros anseios que não geográficos, com veracidade cosmológica.

¹⁷ Não que o território não fosse uma preocupação de governo anos anteriores, mas nesse momento o território passa a ser símbolo identitário.

silhas: a colônia não estaria mais presa aos limites geográficos do empreendimento colonial. A localização da lagoa central, onde os caminhos das águas se encontravam, mudava recorrentemente a depender dos lugares que os colonos haviam demarcado, ou seja, era um modelo geográfico que escapava do empirismo e a sua busca servia sempre de justificativa para a continuidade da expansão¹⁸. Além disso, com a ideia de desígnio divino, Cortesão minimizava o peso moral da exploração. E retomar esse mito geográfico era uma forma de demonstrar a centralidade que os rios tinham no século XIX tanto no aspecto militar, quanto político¹⁹.

A “língua geral” (não tão geral) funcionava para criar um certo humanismo no processo de catequese, eternizando José de Anchieta na história como criador dessa língua que unia portugueses e indígenas na expansão do catolicismo. A ideia de uma língua geral religiosa encontra a teoria de Anderson (1983) na medida em que afirma que “uma particular linguagem de escrita oferecia acesso privilegiado à verdade ontologicamente situada, precisamente por que tal linguagem era uma parcela inseparável desta verdade”(ANDERSON, 1983: 224).

Por fim, o pioneirismo bandeirante/paulista servia para ocultar a pobreza de São Paulo no período das primeiras bandeiras (MAGNOLI, 1997), além de borrar parte da sangrenta história dos paulistas, servindo no limite como redenção. Não nos esqueçamos que Cortesão escrevia no século XX, recorte temporal no qual São Paulo despontou como potência produtora de café (BETHELL, 1992) e, posteriormente, como potência industrial.

No início do século XX outro mito também começava a ganhar força: a ideia de uma América Latina. Quijano (2005), ao descrever a gênese do mito da América Latina, chamou atenção para dois pontos importantes para a análise que estamos fazendo: (1) a latinidade como uma categoria racializada, usada para colocar sob o mesmo guarda-chuva diferentes povos e costumes; (2) uma ideia de submissão/inferioridade entre essa “América Latina” e a Europa Ocidental, servindo de reforço da dualidade europeu/não-europeu, pois a América Latina não seria mais que um projeto europeu. Partindo da política externa, o mito da Ilha-Brasil atendia então a mais um objetivo: afastar o Brasil da ideia de latinidade, criando uma oposição entre brasileiro/latino e tentando aproximar o brasileiro do europeu.

Em síntese, a Ilha-Brasil se situa em ao menos quatro níveis simbólicos, sendo eles:

- (1) *geográfico*: o mito criou uma série de oposições entre categorias espaciais, como continente vs península ou fragmentação vs união, para tentar amenizar a contradição de um “Brasil não-latino”. Recordemos do pensar “como se” de Leach (1983): obviamente quando o mito foi escrito, os conhecimentos de geografia já haviam impossibilitado imaginar um Brasil peninsular, mas a proposta é pensar o Brasil “como se” fosse uma península, isolado do resto do continente;
- (2) *econômico*: o período em que Cortesão (re)escreve o mito é um período de ascensão da economia paulista e o passado de pobreza do estado enquanto colônia causava algum incômodo. É daí que, reaproveitando o

¹⁸ Me passou pela cabeça a possibilidade da ideia de um modelo geográfico fluido, ou seja, para além dos limites do empreendimento colonial, ter sido usada para justificar a Guerra da Tríplice Aliança. No momento não tenho respaldo das fontes para afirmar, mas pode ser objeto de investigação no futuro.

¹⁹ Rememora uma ideia do período pombalino, reforçada por Sousa Coutinho e reanimada por Couto de Magalhães.

mito do bandeirante, Cortesão consegue afastar a ideia de pobreza/abandono da antiga colônia;

(3) *sociológico*: retomando a ideia de conciliação, retirou-se o peso moral da conquista/exploração arremetendo a um subterfúgio no desígnio divino, uma dádiva, naturalizando a violência. A própria ideia da língua geral e a reconstrução de Anchieta como figura humanista servia para amenizar a contradição de um processo de catequização agressivo (lembramos que os escritos do padre jesuíta embasaram a ideia de uma “guerra justa” contra os nativos por séculos);

(4) *cosmológico*: o mito conseguia ainda criar uma identidade brasileira afastada da ideia de latinidade, como se de alguma forma a colonização aqui tivesse sido positiva por nos aproximar dos europeus. Desenhava uma forma de pensar o Brasil como uma “ilha” (europeia ou não-latina) na América Latina.

Agora que conhecemos um pouco mais dos usos da Ilha-Brasil, é possível listar os dualismos que foram construídos a partir dela para posteriormente analisarmos a eficácia simbólica que o mito apresenta atualmente:

continente	Península
ligado	Isolado
fragmentado	Unido
conquistado/explorado	natural/dádiva
não cristão	Cristão
pobreza	Pioneirismo
latino	europeu/brasileiro
América Latina	Ilha-Brasil

Conclusões a partir de velhos e novos naufragos

Como dito anteriormente, Cortesão serviu como bardo unindo estórias que repercutiam nos letrados encarregados de pensar o Brasil do XIX. O mito geográfico que embasou a bricolagem de Cortesão foi visto no discurso de vários políticos e militares: a ideia de uma ligação do rio Amazonas ao Prata remete ao período pombalino, fortalecida no período de Sousa Coutinho sob o prisma militar e que segue até fim dos oitocentos passando pelos escritos de autores como Francisco Varnhagen e Couto de Magalhães, além de ter sido razão para a criação de várias Companhias de Navegação pelo território, com menor ou maior grau de sucesso. Esse mito geográfico vai esvaír-se ao longo do século XX, quando outros projetos de transporte e comunicação terrestres ganham maior repercussão e aporte político (BETHELL, 1992).

Eliminando então a dualidade continente *vs* península, todas as outras seis oposições influenciaram e seguem influenciando de alguma forma o pensamento social brasileiro. Os clássicos do século XX – Buarque de Holanda-Freyre-Prado Junior – foram bastante inspirados por essas estórias que compuseram o mito da

Ilha-Brasil²⁰. Nem mesmo Darcy Ribeiro²¹ escapou dessas dualidades. Elas orientaram o fundo conciliador do pensamento social brasileiro dos noventa e seguem repercutindo com duras críticas²² na academia, mas pouco desmistificadas fora dela.

Apesar das críticas, o mito de Cortesão não deixou de ser influente. Mesmo depois de anos de aproximação entre países latinos, incluindo o Brasil, a agenda de política externa atual busca novamente se afastar da latinidade, não para se aproximar da Europa, mas dos Estados Unidos. No cinema, recentemente o filme “*Bacurau*”²³ (2019) agrega uma ilustração das expressões da forma pensar guiada pelo mito da Ilha-Brasil.

Porém, não se deve cultivar uma imagem pessimista dessa análise e das circunstâncias políticas e sociais momentâneas, afinal elas são momentâneas. O mito da Ilha-Brasil e tantos outros mitos fundacionais precisam ser pensados e criticados como parte de um mito maior: da conquista, colonialismo e modernidade (LIMA, 2015). O rompimento gradativo com eles nos possibilitará pensar novos projetos identitários, abertos, heterogêneos e compartilhados, menos ligados a um passado pré ou proto-histórico.

Recebido em 16 de março de 2021.

Aceito em 30 de agosto de 2021.

Referências

ANCHIETA, José de. *De gestis Mendi de Saa: Poema dos feitos de Mem de Sá*. 1563. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000146.pdf>. Consultado em setembro de 2020.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. London: Verso, 1983.

²⁰ Talvez a referência mais explícita seja a de Sérgio Buarque de Holanda (1977) em *Visões do Paraíso*, onde o autor afirmava a existência da tal lagoa mitológica. Se é para falar sobre “conciliação” racial é impossível fugir de *Casa-Grande & Senzala* (2002). É certo que Caio Prado (2004) foi o menos influenciado pelas estórias que compõem o mito, mas houve momentos em “Formação do Brasil Contemporâneo” que o autor se deixou levar pela suposta “preguiça” que caracterizava os trabalhadores da colônia.

²¹ No texto, o antropólogo alude a mesma teoria “pré-brasilica”, indicando que o Brasil seria uma realização do projeto de indígenas tupi que habitavam a costa séculos antes da chegada dos portugueses (RIBERIO, 1995).

²² A democracia racial não passou de mito, a mata virgem nunca existiu, o indígena não foi nem preguiçoso nem druida, a lagoa mitológica nunca foi encontrada. Fontes para as críticas a essas ideias não faltam. Para além das já citadas no texto, eu recomendaria a excelente obra de Kabengele Munanga (2008).

²³ O filme de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles ajuda a discutir a ideia de que o povo brasileiro seria menos latino que os demais sul-americanos. No filme, um casal que se diz do Sul afirma ser próximo dos estrangeiros que caçam pessoas por esporte. Além das risadas dos estrangeiros, o casal é alvejado. A reflexão importante para esse texto reside no simples fato de que a similaridade entre brasileiro e europeu não existe, é mais uma construção identitária com nenhuma valia fora dos limites nacionais, pois, como vemos no filme, para os estrangeiros não interessa se do sul ou do norte, o lugar na escala de inferioridade é o mesmo.

BACURAU. Direção de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Brasil: Vitrine Filmes, 2019.

BETHELL, Leslie. *História de América Latina*. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.

CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial*. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2014.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1956.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

ROCHA, Ilídio (coord.). *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, Vol. III, Lisboa, 1994.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Edição crítica de Guillermo Giucci, Enrique Larreta, Edson Fonseca. Paris: Allca XX, 2002

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “As monções”. In: TAUNAY, Affonso de E.; EL-LIS JUNIOR, Alfredo et al. *Curso de bandeirologia*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946. pp.126-146.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visões do paraíso*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

LEACH, Edmund. “A legitimidade de Salomão”. In: DaMatta, Roberto. *Edmund Leach*. São Paulo: Editora Ática. 1983.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1989.

LIMA, Roberto. Mesoamérica-Sertão um pouco de análise mítica. *Revista de @ntropologia da UFSCar*, 7 (2), 2015.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *7ª Conferencia para o Tricentenário de Anchieta: assumpto: Anchieta, as raças e linguas indígenas*. São Paulo: Typographia A Vapor Carlos Gerke & Cia, 1897.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Viagem ao Araguaia*. 7ª ed. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1975 [1863]. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/>. Consultado em setembro de 2020.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo. Unesp. 1997.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, 19 (55): 9-31, 2005.

RIBERIO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUSA, F. O. B. de. Por uma história do fogo no cerrado. *II Simpósio do Cerrado: manejo, conservação e educação ambiental*. Universidade Federal de São Carlos. 2020.

SUAREZ, Mireya. Sertanejo: um personagem mítico. *Sociedade e Cultura*, 1 (1): 29-39, 1998.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Memorial Orgânico*. ed. Brasília: FUNAG, 2016.